



---

**Eixo: Educação e Política Social**

**A assistência estudantil na perspectiva dos gestores das universidades públicas**

**Resumo:** Este trabalho visa apresentar a perspectiva dos gestores da assistência estudantil de duas universidades públicas brasileiras frente aos desafios atuais de subfinanciamento das políticas públicas e suas repercussões nas condições de saúde do estudante. O trabalho é parte do resultado da tese de doutorado aprovada em 2024. A pesquisa envolveu quatro gestores e o instrumento utilizado continha perguntas abertas com os seguintes temas: o perfil do setor; o processo de trabalho da equipe; e a relação Universidade-Estudante-Assistência Estudantil. O material foi analisado a partir da metodologia de Análise de Discurso e organizado em cinco tópicos que dialogam entre si. Os gestores apontaram que crises nas políticas sociais pressionam as universidades a prestarem serviços básicos a seus alunos.

**Palavras-chave:** Educação Superior; Assistência Estudantil; Universidade; PNAES; Saúde do Estudante

**Stent assistance from the perspective of public university managers**

**Abstract:** This paper aims to present the perspective of student assistance managers at two Brazilian public universities in the face of the current challenges of underfunding public policies and their repercussions on student health conditions. The work is part of the result of the doctoral thesis approved for 2024. The survey involved four managers and the instrument used contained open questions on the following topics: the profile of the sector; the team's work process; and the University-Student-Student Assistance relationship. The material was analyzed using the discourse analysis methodology and organized into five topics that interact with each other. The managers pointed out that crises in social policies put pressure on universities to provide basic services to their students.

**Keywords:** Higher Education; Student Assistance; University; PNAES; Student Health

**1 Introdução**

A assistência estudantil vem ganhando repercussão ao longo dos anos pelo desenvolvimento de políticas de inclusão, acesso e permanência no ensino superior, como o Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de 2010. Porém, ao fazer um percurso na historiografia das universidades públicas, constata-se que ações de assistência estudantil sempre existiram, com algumas características semelhantes e outras diferentes das que se observam hoje, especialmente no que tange o seu público-alvo. Essa sensação de “novidade” da assistência estudantil faz com que, muitas vezes, ela seja confundida com a política de assistência social, sendo necessário fazer essa distinção voltando às suas origens e objetivos.

Segundo Kowalski (2012), a assistência estudantil está atrelada ao surgimento da universidade, que se originou como um grande legado da Idade Média e representava o modo de vida medieval, especialmente por se configurar como uma organização do tipo corporativo que tinha como objetivo proteger seus membros em dificuldades de fatores internos e externos. Nesse sentido, as universidades buscavam assegurar auxílio mútuo e fraterno ao seu público-alvo, que eram os mestres e os estudantes. Já a Assistência Social nasce do bojo das políticas sociais edificadas em resposta ao processo de confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo na Revolução Industrial, das lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal (BEHRING, 2008). Ou seja, enquanto a primeira nasce atrelada ao surgimento das universidades em relação à forma de proteção dispensada aos membros de um certo tipo de unidade de produção artesanal urbana do período e com marcas da organização do trabalho e da hierarquia da sociedade medieval; a segunda nasce visando responder parte das expressões da questão social vivenciadas pela classe trabalhadora, a partir da Revolução Industrial, a fim de manter a ordem social vigente.

Um exemplo dessa diferença de público-alvo em sua origem é que a primeira ação de assistência estudantil executada pelo governo brasileiro ocorreu em 1928, com a criação da “Casa do Estudante Brasileiro em Paris” que tinha o objetivo de abrigar os filhos da elite brasileira que iam estudar fora do país (KOWALSKI, 2012; IMPERATORI, 2017). Ou seja, assim como as universidades, a assistência estudantil nasce para um público muito específico, a elite do país. Contudo, as lutas sociais democratizar a universidade pública pressionaram e impulsionaram o ingresso de segmentos historicamente excluídos no ambiente universitário, como as(os) estudantes de baixa renda, autodeclaradas(os) negras(os), de grupos étnicos relativos aos povos originários e quilombolas, deficientes dentre outros, fazendo com que o público da assistência estudantil fosse se alterando e as demandas se tornando mais visíveis e diversa.

Em 1987, véspera da promulgação da nova Constituição Federal, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) para reunir gestores das áreas da assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), visando debater as demandas do setor e solicitar dotação orçamentária para atendê-las. Em 1989, ele se tornou um Fórum Assessor da

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e, desde então, tem sido um importante espaço de discussão sobre a assistência estudantil como direito social, realizando encontros regionais e nacionais semestrais e desenvolvendo pesquisas sobre o perfil dos estudantes das IFES.

Neste trabalho, apresentaremos a perspectiva de quatro gestores de assistência estudantil de duas universidades federais do Rio de Janeiro sobre o contexto atual do setor em suas IFES. A pesquisa, submetida e aprovada em Comitê de Ética sob o CAAE 61126522.3.0000.5582 e número do Parecer de aprovação: 5.661.812, é parte da tese intitulada “Determinantes Sociais e Acadêmicos de Saúde do Estudante Universitário: Contribuições para a Assistência Estudantil a partir dos estudos da UFRJ e da UNIRIO”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em abril de 2024.

O trabalho de campo envolveu as seguintes universidades federais: UFRJ e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A opção por essas instituições se deveu a ambas estarem localizadas na mesma unidade federativa, com grande parte dos seus campi na mesma cidade e, por isso, compartilhar dos mesmos serviços públicos como transporte, saúde e cultura. Além disso, por serem IFES, recebem verba oriunda do PNAES para subsidiar parte de suas ações na assistência estudantil.

A pesquisa teve a natureza qualitativa e ocorreu por meio de entrevista individual com apoio de instrumento com perguntas abertas (MINAYO, 2010) com os seguintes temas: o perfil do setor; o processo de trabalho da equipe; e a relação Universidade-Estudante-Assistência Estudantil. Os sujeitos entrevistados foram os pró-reitores da assistência estudantil e as direções das instâncias de atenção à saúde do estudante: O pró-reitor da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis da UFRJ, a Pró-reitora de Assuntos Estudantis, A diretora da Divisão de Saúdo do Estudante (DISAE/UFRJ) e a Diretora do Setor de Apoio Psicológico (SEPSI/UNIRIO).

As entrevistas ocorreram presencialmente, no ambiente de trabalho desses gestores, foram gravadas, transcritas e analisadas por meio da Análise de Discurso (MINAYO, 2010). Os resultados são expostos a partir dos seguintes tópicos que dialogam entre si: 1) a falta ou deficiência nos recursos para a assistência estudantil; 2)

as condições socioeconômicas e políticas do país e sua influência nas condições de saúde dos estudantes; 3) o entendimento da universidade sobre assistência estudantil; 4) a relação entre pró-reitorias/setores com a comunidade acadêmica; e 5) o eixo “Atenção à Saúde” e seus diferentes entendimentos.

## **2 A assistência estudantil na UFRJ e na UNIRIO a partir dos gestores**

### **2.1 Breve caracterização da assistência estudantil na UFRJ e na UNIRIO atualmente**

Impulsionadas pelo Decreto presidencial n.º 7.234 de 19 de julho de 2010, que criou o PNAES, as universidades federais iniciaram o movimento de institucionalização da assistência estudantil, buscando maior autonomia de gestão administrativa e melhor organização de suas ações.

Assim, a UFRJ criou a Superintendência Geral de Políticas Estudantis em 2011, ligada diretamente ao gabinete do Reitor e com divisões organizadas a partir dos eixos do PNAES. Apenas em 2018, a superintendência foi transformada em estrutura de pró-reitoria, nomeada de Pró-Reitoria de Políticas Estudantis. Fazem parte da estrutura desta Pró-Reitoria, os seguintes setores: a Divisão de Esporte, Cultura e Lazer; a Divisão de Saúde do Estudante; a Divisão de Residências Estudantis; a Divisão de Integração Pedagógica e; neste ano, o Sistema Integrado de Alimentação foi integrado à pró-reitoria. A Pró-Reitoria conta com mais de 60 profissionais de diferentes categorias.

Já a UNIRIO também criou a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, em 2016, composta de Coordenadoria de Políticas Estudantis, onde ficam localizados o Setor de Apoio Psicológico e o Setor de Apoio Pedagógico; e pela Diretoria de Gestão Administrativa, composta pela Divisão de Apoio Administrativo, Setor de Alimentação e Nutrição e o Setor de Gestão de Benefícios Estudantis. Fazem parte dessa estrutura 20 profissionais de diferentes cargos.

Porém, é importante lembrar que as universidades já realizavam ações de assistência estudantil a partir de sua estrutura anterior. Com o surgimento desses novos

setores, parte dos profissionais que já realizavam alguns trabalhos nessa direção foram alocados sob o novo organograma.

## **2.1 Assistência estudantil e a experiência da gestão: o estudo de caso da UFRJ e UNIRIO**

Importante informar que a aproximação com o campo de estudo contou com dois importantes facilitadores: a proximidade da pesquisadora com os sujeitos entrevistados; e o reconhecimento por parte da gestão da importância em dar visibilidade à discussão sobre assistência estudantil. Como já informado anteriormente, os temas abordados foram divididos em cinco tópicos, que serão expostos abaixo.

*A falta ou deficiência nos recursos para a assistência estudantil* foram apontadas pelos gestores como um importante problema que precisam lidar cotidianamente. Como o PNAES é um decreto que não define um percentual de recursos que será destinado a cada universidade, o planejamento de certas ações depende da liberação de recursos anualmente, comprometendo a organização de atividades mais a longo prazo.

A despeito, anualmente, os gestores prestam contas indicando o eixo e os estudantes beneficiados com recursos provenientes do PNAES. As universidades pesquisadas utilizam a maioria dessa verba em auxílios pecuniários pagos via bolsas, nas quais os alunos de graduação presencial se candidatam em algum edital. Outra parte dessa verba é utilizada com auxílio-alimentação, subsidiando as refeições dos estudantes nos restaurantes universitários. Algumas diferenças na utilização dessa verba dizem respeito às particularidades das IFES: A UFRJ disponibiliza uma pequena parte do recurso para o eixo de Cultura; além de oferecer moradia estudantil na forma de vagas nas residências estudantis, disponibiliza algumas bolsas pecuniárias para estudantes que não conseguem a vaga. No eixo transporte, ela conta com ônibus *intercampi* de livre acesso a toda comunidade universitária, bem como benefício pecuniário para estudantes que são oriundos de municípios diferentes do campus em que estuda. Já a UNIRIO não possui estrutura física de residência estudantil, mas oferece auxílio moradia mediante uma bolsa e possui apenas o transporte *intercampi* com o ônibus próprio.

Os gestores apontaram que as demandas por esses tipos de serviços têm crescido nos últimos anos e que a verba que recebem é insuficiente frente à necessidade dos estudantes. Isso contribui para que a seleção dos alunos beneficiados seja cada vez mais fruto da opção pelo mais pobre.

Então, o que a gente faz é tentar fazer uma análise muito fina, as assistentes sociais trabalham com muito critério para a gente colocar realmente os mais vulneráveis dentro desses auxílios. Agora, o ideal seria se a gente colocasse todos, todo mundo que tem direito, infelizmente a gente não tem condições de fazer isso (GESTOR/A 02).

Silva e Marques (2022), em recente pesquisa sobre os recursos PNAES repassados às IFES e a cobertura de acesso à assistência estudantil, identificaram que “a assistência estudantil não cobre suficientemente seu público-alvo” (2022, p. 2). Para os autores, a crescente ampliação de acesso de estudantes advindos das políticas de ações afirmativas faz com que as demandas por ações de assistência estudantil sejam ampliadas. Porém, em contraposição, a situação financeira nas universidades vem piorando desde a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, conhecida como Lei do Teto dos Gastos, de final de 2016, que achata paulatinamente os recursos das políticas sociais, entre elas, a educação.

Os gestores reconhecem que a assistência estudantil tem funcionado como uma fonte de renda familiar para os estudantes beneficiários. E que muitos, sem a bolsa da assistência estudantil, não conseguiriam manter sua família. Nesse sentido, *as condições socioeconômicas e políticas do país e sua influência nas condições de saúde dos estudantes* também foram temas levantados pelos gestores.

Os gestores entrevistados compreendem que a universidade não está isolada da sociedade e que o aumento nas demandas dos estudantes por assistência estudantil provém da situação socioeconômica do país. De acordo com eles, ao não terem suas demandas básicas, como moradia, alimentação, trabalho e atendimento em saúde, supridas pelo Estado, os estudantes recorrem à instituição mais próxima, ou seja, à universidade. Importante informar que a pesquisa de campo ocorreu no período de retorno às aulas presenciais e os gestores já conseguiam observar algumas mudanças no contexto pós-pandemia, como demonstra a citação abaixo.

Eu sinceramente desconfio que muitos alunos estão tendo ou aula remota ou não estão tendo aula todo dia, mas eles vêm para cá para almoçar e jantar. Com o RioCard universitário, dependendo de onde ele mora, ele vem de graça, vem, almoça e janta. Porque desde que nós voltamos, o Restaurante está lotando todos os dias, números superiores a 2019. Com uma evasão que a gente sabe que ocorreu? Então, tem algo aí. Em dois anos, eu acredito que muitos discentes que não eram de baixa renda, se tornaram baixa renda. Então, essas condições sociais, elas acabam levando as pessoas, os discentes a pressionar por uma nova política de permanência na universidade e solicitando demandas que, muitas vezes, a universidade não tem como cumprir (GESTOR/A 03).

De fato, a pesquisa do IPEA comprovou que a situação econômica do Brasil piorou como consequência da pandemia.

Um importante efeito da pandemia foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho, que saltou de 22,7% no primeiro trimestre de 2020 para 28,7% no segundo. No terceiro trimestre de 2023, a proporção de domicílios sem renda do trabalho situou-se em 23,2%, mais de 1 ponto percentual (p.p.) acima do observado no mesmo trimestre do ano anterior (IPEA, 2023, p. 02).

As bolsas de assistência estudantil têm o objetivo de manter o estudante na graduação com vistas à conclusão de curso. Todavia, muitos estudantes precisam fazer escolhas como, por exemplo, entre adquirir um livro ou equipamento de estudo, ou compor a renda da família para as despesas básicas de alimentação. Em determinadas situações em que esse tipo de escolha impacta o desenvolvimento do curso, como, por exemplo, grande número de faltas ou dificuldade em manter um rendimento exigido para manter o auxílio, a possibilidade de perda da bolsa de assistência estudantil deixa os alunos preocupados com a possibilidade de trancamento de matrícula.

Conforme os gestores, todo esse contexto de dificuldade financeira e de acesso aos serviços e bens públicos impacta a saúde do estudante universitário, já que o discente não consegue se dedicar exclusivamente aos estudos. Esse fator demonstra que apenas a inclusão na universidade não efetiva o direito à educação. O discente continua sendo um sujeito com direitos inerentes a todo cidadão, e a educação, mesmo sendo uma importante mola de desenvolvimento pessoal e ascensão social, precisa conversar com outras políticas sociais como trabalho, renda, saúde e previdência social.

Nesse sentido, para os entrevistados, *o entendimento da universidade sobre assistência estudantil* fica comprometido diante das dificuldades de acesso aos direitos sociais e as suas correspondentes políticas sociais. Os gestores relataram que a

dificuldade em entender o que é função da assistência estudantil passa por grande parte da comunidade acadêmica: estudantes, técnicos-administrativos e docentes.

Acho que ela não entende não. É... o que eu percebo nas discussões quando eu chego para discutir, como essa última reunião com professores, ou nos conselhos superiores, ou com outros professores que conversam comigo, eu acho que o nosso contexto social nos últimos anos, eu diria aí desde 2016/2017, ele ficou tão ruim economicamente, socialmente, emocionalmente que as pessoas se voltam para a universidade querendo que ela cumpra demandas que deveria ser demandas da sociedade, que o governo deveria proporcionar. Então, passa pela comida, pela alimentação, passa por uma série de questões (GESTOR/A 03).

Interessante perceber que o marco temporal que o gestor identifica é exatamente o período pós-aprovação da Lei do Teto dos Gastos que ocorreu no governo ilegítimo de Michel Temer (2016-2019). Para Menezes, Moretti e Reis (2019), a partir do governo Temer, o Brasil passa a vivenciar um aprofundamento do neoliberalismo no qual o mercado, critica toda intervenção estatal como disfuncional ao suposto interesse público, diga-se interesse do capital financeiro e de outras frações do capital. Assim, a Emenda Constitucional n.º 95 é o grande artifício para barrar o investimento e os gastos públicos em setores como saúde e educação.

Alguns gestores também apontaram que as bolsas de assistência estudantil são o que tem mais visibilidade na universidade, consumindo grande parte do tempo e recursos das pró-reitorias, como pode ser visto na citação abaixo.

Bolsa, bolsa bomba, né? Quando tem edital em relação a algum auxílio, enfim. Isso tem uma demanda imensa. Tanto que vão chegar novas assistentes sociais para o setor específico. E não acaba a demanda. E ainda está precisando de mais e elas não dão conta. Então, assim, apesar do corte de verba, apesar de um monte de coisa, essa questão financeira fica muito restrita a isso na assistência estudantil (GESTOR/A 04).

Para os gestores entrevistados, nos cursos historicamente reservados à elite brasileira, como medicina e engenharia, os professores têm maior dificuldade em compreender e lidar com o novo perfil dos alunos, e por consequência, buscam a pró-reitoria para suprir as demandas que aparecem. Um dos gestores informou que ficou muito surpresa ao ser procurado via e-mail institucional por uma docente pedindo ajuda por receber uma aluna no seu grupo de pesquisa que, em suas palavras, “mal sabe ler e escrever”. Ou seja, a pró-reitoria foi procurada para sanar uma dificuldade acadêmica



da estudante e que, possivelmente, guarda conexão com o ensino de base a que teve acesso.

Apesar de as pró-reitorias pesquisadas serem recentes na estrutura das IFES, a assistência estudantil já existia nessas universidades, mas com a ampliação do acesso e a mudança do perfil dos estudantes, questões da realidade de todo cidadão, como saúde, alimentação, moradia e transporte, adentram as salas de aula, independentemente dos cursos. Nas palavras de Magalhães (2013):

Assim, o que se verifica é que a questão da permanência na educação superior não é assunto novo, a despeito da pouca relevância que a assistência estudantil teve por muitos anos nas universidades federais. Pode-se considerar que a invisibilidade do tema deve-se a diversos fatores, mas salientamos a questão da ausência de definição acerca do financiamento para a realização dos programas nas IFES e a resistência, de parte da comunidade universitária, em aceitar a presença de estudantes oriundos dos grupos mais desfavorecidos econômica e socialmente. O desinteresse, por parte dos dirigentes das IFES, e a ausência de um número significativo de representantes dos grupos desiguais podem ter contribuído para a inexistência, até os dias atuais, de uma política nacional de permanência nas universidades (MAGALHÃES, 2013, p. 68).

Um dos gestores informou que muitos alunos que não conseguem a bolsa da assistência estudantil são encaminhados, por docentes, para o setor de saúde como se a psicoterapia fosse substituir ou responder a sua necessidade financeira. Isso aponta para uma grave questão de psicologização das expressões questão social.

Se assim é, o potencial legitimador da ordem monopólica contido na psicologização ultrapassa de longe a imputação ao indivíduo da responsabilidade do seu destino social; bem mais que este efeito, por si só relevante, implica um tipo novo de relacionamento “personalizado” entre ele e instituições próprias da ordem monopólica que, se não se mostram aptas para solucionar as refrações da “questão social” que o afetam, são suficientemente lábeis para entrelaçar, nos “serviços” que oferecem executam, desde a indução comportamental até os conteúdos econômico-sociais mais salientes da ordem monopólica – num exercício que se constitui em verdadeira “pedagogia” psicossocial, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas.” (NETTO, 1996, p. 38)

Em nosso entendimento, a assistência estudantil não é competência apenas das pró-reitorias pesquisadas e, por isso, questionou-se como é *a relação entre pró-reitorias/setores com a comunidade acadêmica*. A permanência do estudante de maneira qualificada exige um movimento por parte de todo o quadro universitário: docentes, discentes e técnicos-administrativos. Para o estudante se sentir acolhido no curso e na universidade, não basta apenas ter condições financeiras para frequentar as

aulas, ele precisa conseguir circular por todo o *campus*, sabendo onde e quando buscar informações e solucionar dúvidas. Indispensável lembrar que os pontos de contato mais próximos dos estudantes estão nas unidades acadêmicas, seja nas salas de aula com seus colegas de turma e docentes, seja nas secretarias.

Percebeu-se na pesquisa que essa relação é complexa e aquém do que é esperado pelos gestores. Quando pensada na relação entre a pró-reitoria e outros setores da universidade, como decanias, cursos, professores e outras pró-reitorias, os gestores apontaram uma relação ainda frágil, com falta ou falhas de diálogo, o que algumas vezes dificulta o trabalho mais qualitativo. Há setores mais disponíveis e abertos ao diálogo do que outros. Com aqueles nos quais a comunicação é mais fluida, o trabalho acontece de maneira conjunta, com possibilidade de planejamento de intervenção a médio e longo prazo; mas com outros, ocorre, no dizer de alguns gestores, uma transferência de responsabilidade para a pró-reitoria. O que mostra uma falta de entendimento sobre a assistência estudantil.

Eu acho que, depende do setor, tem setores mais receptivos e setores menos receptivos e tem setores e espaços e cursos. Às vezes, que acha que bom “toma que o problema é teu”, o aluno é um problema “resolva”. E isso é o que a gente mais lida, quando tem algum contato com algum setor ou algum curso enfim, questão mais específica eles acham que nós vamos... que eles não têm participação nisso, sabe? Eles acham que, muitos acham que “bom vou falar qual é o problema, o que está acontecendo com esse aluno, ou esses alunos, enfim, e eles vão resolver e eu não vou ter que me movimentar”, então quando a gente chama para a conversa e a gente coloca que é um trabalho coletivo e que tem participação sim do setor que está sendo ofertado ou o curso, enfim, então vamos repensar esses movimentos, o que está acontecendo, então enfim, às vezes eles não gostam muito (GESTOR/A 04).

Quando olhado internamente para as pró-reitorias, os gestores elogiaram a qualidade técnica dos profissionais da assistência estudantil e o compromisso que possuem com os estudantes na garantia do direito à educação. Mesmo organizadas em diferentes equipes, é comum haver integração entre os profissionais em projetos comuns, numa busca de melhorar os resultados das intervenções profissionais via interdisciplinaridade. Porém, eles apontam que precisam de maiores suportes institucionais por parte das reitorias, como: melhor infraestrutura com espaços reservados para atendimentos que comportem toda a pró-reitoria num mesmo lugar; treinamentos internos para os profissionais conhecerem como funcionam outros setores

internos e externos às pró-reitorias; maior número de profissionais em todas as equipes; e melhor comunicação institucional com os alunos.

Já a relação com os coletivos e movimentos dos estudantes parece funcionar de maneira formal nos espaços mais amplos e de colegiados da universidade, como os conselhos universitários. Ambas as universidades tentam um diálogo mais próximo via criação de fórum e comissões específicas.

O quinto e último ponto, que aqui denominamos *o eixo “atenção à saúde” e seus diferentes entendimentos, dialoga* diretamente com os demais tópicos no sentido da concepção de saúde ampliada. Para os gestores entrevistados, a saúde dos estudantes engloba todos os direitos básicos à vida, como: alimentação, moradia, transporte e renda; passando indiretamente por todos os benefícios oferecidos pelas pró-reitorias, como podem ser observados nos relatos abaixo:

Porque eu particularmente acho que o auxílio-alimentação e o subsídio no restaurante contribuem para a saúde, no caso a saúde alimentar do discente (GESTOR/A 03).

Olha só, na verdade, todas as nossas demandas, os nossos auxílios têm muito a ver com a saúde, sobretudo com saúde mental, né? Um aluno que tem vulnerabilidade socioeconômica, ele é “naturalmente uma pessoa doente” e aí vai desde a saúde mental, até a saúde física, a questão da nutrição, a questão da falta de esporte, da falta de lazer. Tudo isso aí acaba impactando na questão da saúde (GESTOR/A 02).

Contudo, historicamente a atenção à saúde tem se restringido ao atendimento assistencial-curativo nas universidades, ou seja, apenas quando o estudante já está com algum processo de adoecimento e/ou sofrimento mental que o impeça de cumprir as exigências da universidade, ele busca individualmente ou algum membro da academia o direciona para buscar atendimento em saúde.

Esse tipo de atendimento em saúde nas universidades é verificado desde a Constituição Federal de 1934, que incluía a assistência dentária e médica como parte da assistência estudantil. Porém, é importante observar que, naquele momento, prevalecia a saúde no aspecto individual-curativo, o acesso via identidade profissional que se iniciou com as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP) e passou pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) até a extinção do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1988 (OLIVEIRA e LIMA, 2022).

Ou seja, soma-se o quadro exposto anteriormente de difuso entendimento do que é assistência estudantil; a dificuldade de acessar outras políticas públicas, nesse caso, a do Sistema Único de Saúde; a memória recente de acesso às ações e serviços de saúde através da identidade profissional e passa a ocorrer um questionamento por parte da comunidade acadêmica sobre o papel dos hospitais universitários na saúde dos estudantes.

É isso, assim, eu acho que tem uma parte: como vai resolver, vai fazer o tratamento aqui. Como responsabilidade da universidade de dar conta de arrumar uma vaga, como assim? A universidade tem um hospital e o aluno não tem vaga certa? Então, assim, essa questão do SUS também, do SISREG, isso é uma coisa que muitos não compreendem, tanto aluno quanto servidores... (GESTOR/A 04).

Mesmo compreendendo que os hospitais universitários são contratualizados com o SUS e sua função social diz respeito à educação, foi possível identificar em algumas falas dos gestores entrevistados uma preocupação com o comprometimento com os estudantes. É interessante perceber que houve uma certa contradição, que pode ser fruto da pressão política a que estão submetidos, cotidianamente, pois eles entendem que o acesso do estudante ao hospital universitário sem passar pela regulação do Sistema Único de Saúde (SUS) pode significar “furar a fila” e/ou dar prioridade a problemas que podem e devem ser resolvidos no SUS.

(...) eu acho, tudo bem, que ali é SUS, então nós deveríamos, tanto técnicos, docentes, estudantes, deveria ter, deve ter um atendimento nos nossos hospitais tal qual o pessoal de fora, porque é um hospital SUS, mas a gente não pode esquecer que nós temos [n.º] mil estudantes aqui dentro, que passam o dia aqui dentro, e nós temos um hospital ali na porta, e eu acho, por exemplo, que nós deveríamos ter uma janela, não estou falando de prioridade, entendeu? (GESTOR/A 02)

O contexto de subfinanciamento que atinge os longos anos de existência do SUS, aliado com toda propaganda negativa sobre a coisa pública, faz com que o direito ao atendimento de saúde seja buscado cada vez mais fora do SUS. Isso é observado, por exemplo, em movimentos dos trabalhadores que englobam em suas pautas de lutas acesso a planos de saúde custeados (integral ou parcialmente) pelo empregador. Assim, é interessante perceber que quando os estudantes demandam acesso aos serviços dos hospitais universitários, estão, ao mesmo tempo, reconhecendo a excelência da

universidade e reproduzindo o acesso segmentado da saúde que marcou e marca a sociedade até hoje.

O movimento das equipes de tentar expandir suas ações para além da assistência curativa, tem ocorrido de duas formas diferentes: a primeira, com a tentativa de encaminhamento dos estudantes para o SUS e, a segunda, com as atividades de prevenção e promoção de saúde. Os gestores entrevistados informaram que têm encontrado certa resistência por parte dos estudantes em aderir as atividades coletivas com foco na promoção e prevenção e que precisam de maior apoio nas articulações com os serviços do SUS.

### **3 Considerações finais**

O estudo de caso que envolveu os gestores da UFRJ e da UNIRIO mostrou a estrutura institucional do período pesquisado, bem como a maneira como as demandas dos setores são atendidas. Os gestores acreditam que, devido à crise econômica na qual o Brasil vive, a universidade está sendo obrigada a responder por bens e serviços que são de responsabilidade de outras políticas sociais públicas, como as políticas de assistência social e de saúde.

A introdução de alunos de classes populares deve ser acompanhada por estruturas que promovam a permanência na universidade. No entanto, é importante lembrar que esses alunos continuam sendo parte de uma sociedade que transcende a academia. A educação superior é, portanto, apenas uma política pública nesse contexto. Nesse sentido, a implantação da política de cotas foi impactada pelos cortes durante a vigência da Lei de Teto de Gastos (15 de novembro de 2016 até o final de 2023). Esta deve estar no horizonte de análise da assistência estudantil na medida em que intensificou o desfinanciamento das políticas de saúde e educação e, no momento, começou a implantação do Novo Arcabouço Fiscal.

Esse contexto faz com que parte do corpo acadêmico da universidade não reconheça a função social da assistência estudantil e da educação pública. Ao cobrar que a universidade dê conta de direitos que são objeto de outras políticas sociais, essa postura faz com que a universidade dialogue pouco sobre a sua competência diante dessa demanda socialmente edificada e seja reativa à pressão dos estudantes. A nosso

ver, não cabe à universidade repetir ações realizadas em sua origem que tentavam ser autônomas ao executar políticas de proteção aos seus membros. É necessário que a universidade se reconheça como parte dessa sociedade desigual social, racial e sexualmente e que some forças com movimentos sociais que lutem pelo fortalecimento das políticas sociais de qualidade e universais, dentre elas, a do SUS.

## Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

IMPERATORI, Thaís Kristosh. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do terceiro trimestre de 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/03/retrato-dos-rendimentos-do-trabalho-resultados-da-pnad-continua-do-quarto-trimestre-de-2022/>. Acesso em 09 jan. 2024.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 180 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

MENEZES, Ana Paula do Rego; MORETTI, Bruno; REIS, Ademar Arthur Chioro dos. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. **Saúde em Debate [online]**. v. 43, n. especial 5. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S505>. Acesso em 16 Maio 2024, p. 58-70.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: ed. Hucitec, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2ª ed. SP: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Juliana Rosa Molina de; LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. **A Saúde do Estudante na Assistência Estudantil do Ensino Superior Público**. 2022. XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Rio de Janeiro. Disponível

em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00333.pdf>. Acesso em: 16 mar 2024.

SILVA, Leonardo Barbosa e; MARQUES, Felipe Jabali. A assistência estudantil na educação federal brasileira e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 38, n. 1 e 112696, 2022. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2447-41932022000100116&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932022000100116&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 16 maio 2024.